

Contabilidade de Custos e exames nacionais: análise da aderência dos conteúdos curriculares ao ENADE e Exame de Suficiência do CFC

Marli Auxiliadora Silva (UFU) - marli@pontal.ufu.br

Kamyr Gomes Souza (UFU) - kamyr-nx@hotmail.com

Resumo:

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) possibilitaram maior flexibilização na elaboração da estrutura curricular dos cursos de graduação em Ciências Contábeis vislumbrando-se as áreas de conhecimento e/ou de formação que as instituições de ensino superior (IES) deveriam contemplar em seus projetos pedagógicos. Dado esse cenário o Ministério da Educação (MEC) estabelece fiscalizações no sentido de avaliar e garantir a qualidade da educação proporcionada pelas IES, por meio de avaliações internas e externas. Considerando-se as normatizações legais e discussões sobre as questões curriculares analisou-se a matriz curricular do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (FACIP/UFU) com o objetivo de investigar a compatibilidade e o grau de aderência dos conteúdos curriculares das disciplinas do núcleo de formação profissional, em especial aquelas que discutem conceitos relativos ao ensino e pesquisa na área de custos, ao conteúdo das avaliações externas. A análise documental do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) de 2009, aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e do Exame de Suficiência, aplicado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em 2011.1, 2011.2 e 2012.1 evidenciou que as disciplinas do núcleo de formação profissional relativas à gestão de custos constantes no currículo em estudo atendem tanto às exigências legais quanto às exigências dos Exames de Suficiência e do ENADE, contemplando conhecimentos necessários para que o aluno desenvolva-se tanto na área acadêmica quanto profissional.

Palavras-chave: *Contabilidade de custos. Currículo. Avaliação.*

Área temática: *Metodologias de ensino e pesquisa em custos*

Contabilidade de Custos e exames nacionais: análise da aderência dos conteúdos curriculares ao ENADE e Exame de Suficiência do CFC

Resumo

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) possibilitaram maior flexibilização na elaboração da estrutura curricular dos cursos de graduação em Ciências Contábeis vislumbrando-se as áreas de conhecimento e/ou de formação que as instituições de ensino superior (IES) deveriam contemplar em seus projetos pedagógicos. Dado esse cenário o Ministério da Educação (MEC) estabelece fiscalizações no sentido de avaliar e garantir a qualidade da educação proporcionada pelas IES, por meio de avaliações internas e externas. Considerando-se as normatizações legais e discussões sobre as questões curriculares analisou-se a matriz curricular do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (FACIP/UFU) com o objetivo de investigar a compatibilidade e o grau de aderência dos conteúdos curriculares das disciplinas do núcleo de formação profissional, em especial aquelas que discutem conceitos relativos ao ensino e pesquisa na área de custos, ao conteúdo das avaliações externas. A análise documental do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) de 2009, aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e do Exame de Suficiência, aplicado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em 2011.1, 2011.2 e 2012.1 evidenciou que as disciplinas do núcleo de formação profissional relativas à gestão de custos constantes no currículo em estudo atendem tanto às exigências legais quanto às exigências dos Exames de Suficiência e do ENADE, contemplando conhecimentos necessários para que o aluno desenvolva-se tanto na área acadêmica quanto profissional.

Palavras-chave: Currículo. Avaliação. Disciplinas de custos.

Área Temática: 1. Metodologias de ensino e pesquisa em custos.

1 Introdução

O termo currículo pode ser entendido como um conjunto de conhecimentos ou matérias a serem superadas pelo aluno dentro de um ciclo-nível educativo ou modalidade de ensino (SACRISTÁN, 1988).

Cury (1997) assegura que no Brasil, as discussões sobre currículo na educação superior, devido às reformas educacionais, ocorrem a partir do primeiro mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) afirmando que a questão dos currículos de graduação ganhou importância na reforma da educação superior a partir de 1995, privilegiando aspectos relativos à flexibilidade e a avaliação como eixos articuladores da reconfiguração deste nível de ensino.

No ensino superior o currículo é elaborado para atender o perfil profissional desejado e com a vigência das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) eliminou-se a exigência do chamado “currículo mínimo”, visto o ordenamento existente em legislações educacionais anteriores, que indicava quais disciplinas deveriam compor, obrigatoriamente, as estruturas curriculares dos cursos de graduação. Assim, as DCNs vislumbraram as áreas de conhecimento e/ou de formação que as instituições de ensino deveriam contemplar em seus

projetos pedagógicos. Assim, a estrutura curricular do Curso de Graduação em Ciências Contábeis está fundamentada nas DCNs específicas de acordo com a Resolução CNE/CES nº 10/2004. Seguindo essas orientações, o currículo do curso é estruturado em três núcleos: núcleo de formação básica, núcleo de formação profissional e núcleo de formação teórico-prática.

O Núcleo de Formação Básica é composto por um conjunto de conteúdos sustentadores e subsidiadores da formação do contador cujo objetivo é proporcionar ao aluno de Ciências Contábeis o conhecimento de áreas afins à contabilidade, bem como o relacionamento entre estas áreas e a teoria contábil. O Núcleo de Formação Profissional constitui a base do conhecimento contábil necessário para o adequado desempenho da profissão e são determinantes para caracterização do perfil profissional desejado. O núcleo de formação teórico-prático presume a aplicação dos conhecimentos adquiridos nos núcleos de formação básica e profissional.

Dentre os conteúdos pertinentes à formação profissional do contador, que estão inclusos no núcleo de formação profissional, figura-se a contabilidade de custos, análise de custos e controladoria que auxiliam no planejamento e controle dos fatores de produção e na identificação da rentabilidade dos produtos fabricados ou nos serviços prestados. Os conceitos discutidos nessas disciplinas possibilita uma gestão voltada à redução dos custos dos produtos e serviços, bem como o aperfeiçoamento dos processos de produção e na oferta de melhores preços (CITADIN; RITTA, 2010).

Diante do exposto, objetivou-se nesse estudo responder à seguinte questão: as disciplinas curriculares do núcleo de formação profissional, em especial aquelas que discutem conceitos relativos ao ensino e pesquisa na área de custos, do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (FACIP/UFU) atende aos parâmetros de avaliação estabelecidos pelo ENADE e pelo CFC e se mostram aderentes a esses exames nacionais?

Para responder ao questionamento, esse estudo exploratório e explicativo apresenta a evolução da estrutura curricular do curso de graduação em Ciências Contábeis ao longo de sua história, desde a criação em 1945 até a última alteração nas DCNs, ocorrida em 2004 e faz uma análise crítico-reflexiva sobre a aderência das disciplinas curriculares constantes do núcleo de formação profissional com foco na gestão de c o do curso em tela com ênfase nas ementas e conteúdos das disciplinas curriculares ao ENADE e ao Exame de Suficiência do CFC.

2 Fundamentação teórica

Discutem-se, nessa sessão, conceitos de currículo sob o enfoque contábil por meio de breve contextualização sobre o ensino de contabilidade no Brasil, além de discorrer-se sobre a avaliação institucional, com foco nos exames nacionais do ENADE e CFC.

2.1 Concepções de currículo

Masetto (2003, p. 65) leciona que o currículo, conhecido também por estrutura curricular ou matriz curricular, “é o coração do Projeto Pedagógico de um curso”, visto ser ele a materialização concreta da missão, da visão e dos objetivos propostos por uma instituição de ensino.

A estrutura do currículo sofre influências de contextos diversos, sejam eles políticos, científicos, filosóficos ou culturais. Schubert (1986) citado por Sacristán (1998, p. 14) cita que o currículo pode ser entendido como

[...] conjunto de conhecimentos ou matérias a serem superadas pelo aluno dentro de um ciclo-nível educativo ou modalidade de ensino é a aceção mais clássica e desenvolvida; o currículo como programa de atividades planejadas, devidamente sequencializadas, ordenadas metodologicamente [...].

Sacristán (1998, p. 19) afirma que pesquisas no âmbito educacional contribuíram decisivamente para “a atualidade do tema, que centrou seu interesse em analisar como as funções de seleção e de organização social da escola, que subjazem nos currículos, se realizam através das condições nas quais seu desenvolvimento ocorre”. O currículo “é o mecanismo através do qual o conhecimento é distribuído socialmente” (YOUNG, 1980 citado por SACRISTÁN, 1988, p. 19).

Bernstein (1980) citado por Sacristán (1988, p. 20) afirma que “o currículo define o que se considera conhecimento válido, as formas pedagógicas, o que se pondera como a transmissão válida do mesmo, e a avaliação define o que se considera como realização válida de tal conhecimento” e reforça que “o grau e tipo de saber que os indivíduos logram nas instituições escolares, sancionado e legitimado por elas, têm consequências no nível de seu desenvolvimento pessoal, em suas relações sociais e, mais concretamente, no status que esse indivíduo possa conseguir dentro da estrutura profissional de seu contexto”.

Goodlad (1973) citado por Fávero Sobrinho (1998) ao discutir a coexistência desses vários currículos, conforme diferentes percepções e dada sua aplicação em um mesmo período e local, classifica-o em (a) currículo formal prescrito como desejável por alguma organização normativa; (b) currículo percebido (ou narrativo) no qual o professor diz o que está fazendo e o porquê dessa ação; (c) currículo experienciado no qual os alunos percebem e reagem ao que está sendo ensinado e, (d) currículo operacional ou ativo que considera o que ocorre, de fato, na sala de aula através do olhar do observador/pesquisador presente no ambiente.

Sob o enfoque dos cursos de graduação observa-se que os currículos são definidos considerando-se o perfil profissional desejado que se altera, de acordo com os períodos históricos, visto que a cada época a sociedade define suas expectativas dado o contexto político, econômico e cultural.

2.2 Contextualização histórica do currículo no curso de graduação em Ciências Contábeis

A importância da Contabilidade, para qualquer sociedade, está alicerçada em conceitos primitivos, tendo em vista o seu surgimento atrelado à história do próprio homem. Isso se explica uma vez que a história da Contabilidade tem sua gênese antes do surgimento da escrita, pois controlar e preservar o patrimônio sempre foram preocupações humanas, que intensificaram-se com o passar do tempo. Sá (1997, p. 15) explica que “a contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela; talvez, por isso, seus progressos quase sempre tenham coincidido com aqueles que caracterizaram os da própria evolução do ser humano”.

No Brasil, há registros contábeis que remontam à época da colonização portuguesa, mas, em termos legais e acadêmicos, a história da contabilidade brasileira intensifica-se no início do século XX. Entretanto, é preciso considerar que a primeira regulamentação contábil ocorreu em 1869, pelo Decreto Imperial nº 4.475, com a fundação da Associação dos Guarda-Livros da Corte. Tal fato reconheceu, oficialmente, a primeira profissão liberal regulamentada no país.

O principal marco histórico para o ensino da contabilidade em nível superior foi, no entanto, a criação do Curso de Ciências Contábeis e Atuariais, por meio do Decreto Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945, atribuindo ao formado o título de Bacharel em Ciências

Contábeis. O artigo 3º desse dispositivo legal apresentava um currículo seriado com as seguintes disciplinas: (a) 1ª série: Análise Matemática, Estática Geral e Aplicada, Contabilidade Geral, Ciência da Administração, Economia Política; (b) 2ª série: Matemática Financeira, Ciência das Finanças, Estatística Matemática e Demográfica, Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola, Instituições de Direito Público; (c) 3ª série: Matemática Atuarial, Organização e Contabilidade Bancária, Finanças das Empresas, Técnica Comercial, Instituições de Direito Civil e Comercial; (d) 4ª série: Organização e Contabilidade de Seguros, Contabilidade Pública, Revisões e Perícia Contábil, Instituições de Direito Social, Legislação Tributária e Fiscal, Prática e Processo Civil e Comercial.

As principais críticas ao currículo, apresentado em 1945, referem-se à ausência de disciplinas de formação humanística e filosófica e o fato de não se permitir, às instituições de ensino, alterações na seriação dessas disciplinas. Favarin (1994, p. 9) afirma que esse currículo “enxerga o Contador de nível superior como um técnico em contabilidade melhorado”.

Até 1962, em termos curriculares, não ocorreram alterações significativas, com exceção ao fato de que a Lei nº 1.401, de 31 de julho de 1951, desdobrou o curso de Ciências Contábeis e Atuariais, criando os cursos de Ciências Contábeis e de Ciências Atuariais. Ainda em 1962, por meio do Parecer nº 397, o CFE aprovou o trabalho elaborado por um grupo de especialistas, com a missão de reformular os cursos superiores de economia, atuária e ciências contábeis. Nesse parecer foi apresentado um currículo mínimo para essas três áreas, cujo conteúdo visava “possibilitar o primeiro contato do aluno com a profissão, ensinar-lhe a teoria e técnicas pertinentes e permitir que aproveitasse ao máximo os conhecimentos que a aprendizagem em serviço enseja” (LEITE; 2005, p. 135).

Baseado no Parecer nº 397/62, o Conselho Federal de Educação apresentou uma resolução, em 08 de fevereiro de 1963, reformulando a estrutura curricular do curso de Ciências Contábeis e fixando um currículo mínimo, classificado em dois ciclos, básico e profissional. Cada ciclo seria organizado com as seguintes disciplinas curriculares: (a) Ciclo básico: Economia, Estatística, Direito e Matemática e (b) Ciclo profissional: Administração, Auditoria e Análise de Balanço, Contabilidade Comercial, Contabilidade de Custos, Contabilidade Geral, Direito Tributário, Técnica Comercial.

Em 1983, os professores Sérgio de Iudícibus, Eliseu Martins e Hilário Franco preconizam a inclusão de disciplinas humanísticas e filosóficas no currículo do curso de Ciências Contábeis, para que se o pensamento, a disciplina do pensamento e a metodização das pesquisas e indagações científicas e práticas fossem exercitados.

A próxima modificação no currículo do curso de Ciências Contábeis ocorreu em 5 de outubro de 1992, quando o CFE, por meio da Resolução nº 03, estabeleceu um novo currículo mínimo, para vigorar a partir de 1994. Sua estrutura apresentada no quadro 1 evidencia o currículo mínimo foi organizado de acordo com categorias, sendo que na Categoria I previam-se conhecimentos de formação geral de natureza humanística e social; na Categoria II estavam contemplados os conhecimentos de formação profissional enquanto que na Categoria III figuravam os conhecimentos ou atividades de formação complementar. Estabelecia também uma duração mínima de 2.700 horas para os cursos de graduação em Ciências Contábeis, integralizadas, em no máximo sete anos e no mínimo quatro, para os cursos diurnos e cinco anos, para os cursos noturnos.

Categorias	Disciplinas/Conhecimentos	
Categoria I Conhecimentos de	Disciplinas Obrigatórias	Língua Portuguesa, Noções de Direito, Noções de Ciência Social, Ética Geral e Profissional.

Formação Geral de natureza humanística e social	Disciplinas Eletivas	Noções de Psicologia, Filosofia da Ciência, Cultura Brasileira, Outras a critério da instituição.
Categoria II Conhecimentos de Formação Profissional	Conhecimentos Obrigatórios de Formação Profissional Básica	Administração Geral, Economia, Direito Aplicado (incluindo Legislação Societária, Comercial, Trabalhista e Tributária), Matemática, Estatística.
	Conhecimentos Obrigatórios de Formação Específica	Contabilidade Geral, Teoria da Contabilidade, Análise das Demonstrações Contábeis, Auditoria, Perícia Contábil, Administração Financeira e Orçamento Empresarial, Contabilidade Pública, Contabilidade e Análise de Custos.
	Conhecimentos Eletivos de Formação Profissional	Contabilidade Gerencial, Sistemas Contábeis, Contabilidade Aplicada, Outros a critério da instituição.
Categoria III Conhecimentos ou Atividades de Formação Complementar	Conhecimentos Obrigatórios de Formação Instrumental	Computação.
	Atividades Obrigatórias de Natureza Prática (a critério de cada instituição)	Jogos de Empresas, Laboratório Contábil, Estudos de Casos, Trabalhos de Fim de Curso, Estágio Supervisionado.

Fonte: BRASIL. MEC. CFE. Resolução n.º 3/1992.

Quadro 1 – Currículo Mínimo – Ciências Contábeis (1992)

Em 12 de abril de 1999, a Comissão de Especialistas de Ensino de Ciências Contábeis, constituída por professores do Departamento de Políticas do Ensino Superior, órgão da SESu, apresentou nova proposta de Diretrizes Curriculares. O item 3.1 - Conteúdos Obrigatórios de Formação Básica e Profissional (não representam nomes de disciplinas, mas áreas de conhecimento), que representa 50% do currículo pleno. Essa nova estrutura é apresentada no quadro 2, onde visualizam-se os conhecimentos que cada área de conteúdo deveria contemplar. Com relação aos demais 50%, relativos aos Conteúdos Optativos para ênfase curricular, o item 3.2 indicou que as IES teriam liberdade de definir livremente o currículo pleno.

Conteúdos	Conhecimentos
Administração	Teoria Geral da Administração, Estratégia Empresarial, Comportamento Organizacional.
Economia	Teoria da Firma, Cenários Econômicos e Economia Internacional, Economia das Empresas.
Direito	Legislação Social e Trabalhista Direito Tributário, Direito Comercial e Societário.
Métodos Quantitativos	Medidas de Tendência Central e de Dispersão, Análise de Regressão e Correlação, Análise de Série Temporal, Cálculo Integral e Diferencial.
Teoria da Contabilidade	História do Pensamento Contábil, Ativo e Passivo e sua Mensuração, Receitas, Despesas, Perdas e Ganhos, e suas Mensurações, Teorias do Patrimônio Líquido, Princípios Fundamentais de Contabilidade, Harmonização Internacional.
Contabilidade Financeira	Princípios, Normas e Procedimentos de Contabilidade Financeira, Elaboração e Evidenciação das Demonstrações Contábeis.
Contabilidade Tributária	Contabilidade de Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Planejamento Tributário.
Contabilidade Gerencial	Métodos de Custeio, Sistemas de Acumulação de Custos, Análise de Custos, Descentralização (Preço de Transferência e Centro de Resultado).
Auditoria	Controles Internos, Princípios, Normas e Procedimentos de Auditoria, Planejamento de Auditoria, Papéis de Trabalho.
Controladoria	Sistemas de Informações, Processo de Planejamento, Execução e Controle, Avaliação de Desempenho, Responsabilidade de Prestar Contas da Gestão perante a Sociedade (<i>Accountability</i>).

Fonte: BRASIL. MEC. CEECC. Diretrizes Curriculares, de 12 de abril de 1999.

Quadro 2 – Proposta de Conteúdos Obrigatórios – Ciências Contábeis (1999)

A criação da Resolução CNE/CES n.º 10/2004, que oficializa a vigência definitiva das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Ciências Contábeis, decorreu do Parecer

CES/CNE n° 146, de 3 de abril de 2002, fruto das propostas dos diversos setores da sociedade civil, bem como o trabalho dos especialistas do MEC.

Na referida Resolução, em seu artigo 5°, os cursos de graduação em Ciências Contábeis, na modalidade bacharelado, devem contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional. Tal instrução pretendia proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e pelas peculiaridades das organizações governamentais, que atendam aos campos interligados de formação básica, profissional e teórico-prática. No quadro 3 essa estrutura curricular é evidenciada.

Formação	Conteúdos
Básica	Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática, Estatística.
Profissional	Teorias da Contabilidade, Noções das atividades atuariais, Noções de quantificações de informações (financeiras, patrimoniais, governamentais e não governamentais), Noções de Auditorias, Noções de Perícias, Noções de Arbitragens, Noções de Controladoria.
Teórico-Prática	Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade.

BRASIL. MEC. CNE. Resolução CNE/CES n.º 10/2004

Quadro 3 – Campos de Formação e Conteúdos – DCN (2004)

Novas alterações foram promovidas pela Resolução CNE/CES n° 03, de 2 de julho de 2007, ao estabelecer, em seu artigo 3°, que a carga horária mínima dos cursos superiores deve ser mensurada em horas (60 minutos) de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo, o que implica em ajustamentos e adequações nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.

2.3 Projeto político-pedagógico do curso de Ciências Contábeis da FACIP/UFU

O curso de graduação em Ciências Contábeis da FACIP/UFU foi autorizado por meio da Resolução n° 04/2006 do Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia e iniciou-se em 2007, possui duração de 5 anos com regime acadêmico semestral e funcionamento no turno noturno.

A elaboração do projeto pedagógico teve por base a Resolução n° 02/2004 do Conselho de Graduação da Universidade Federal de Uberlândia e a Resolução CNE/CES n° 10/2004, que instituiu as DCNs para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis – bacharelado. Observa-se que o Curso de Ciências Contábeis da FACIP/UFU optou por oferecer ao profissional em Ciências Contábeis uma visão de todas as áreas de atuação, dadas as características das empresas regionais, que não apresentam um perfil restrito.

No PPC adota-se a proposta de núcleos, de formação básica, formação profissional e formação teórico-prática das DCNs. Os conteúdos curriculares por núcleo de formação são apresentados no quadro 4.

Também no quadro 4 observa-se que as disciplinas relacionadas à área de custos compõem o núcleo de formação profissional e são de natureza obrigatória. A única disciplina relacionada a custos, de natureza optativa, relaciona-se a custos hospitalares.

	FORMAÇÃO BÁSICA	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TEÓRICO-PRÁTICA
O B R I G A T Ó R I A S	Matemática; Métodos Quantitativos Aplicados; Matemática Financeira; Comunicação Empresarial; Economia, Administração, Instituições de Direito Público e Privado; Direito Comercial e Legislação Societária; Direito Trabalhista e Legislação Social; Direito e Legislação Tributária; ética e Legislação Profissional; Filosofia da Ciência; Metodologia do Trabalho Científico; Psicologia Organizacional e Tecnologia da Informação.	Contabilidade Básica; Estrutura das Demonstrações Contábeis; Contabilidade Societária; Teoria Geral da Contabilidade; Perícia; Avaliação e Arbitragem; Contabilidade Avançada; Contabilidade de Custos; Apuração e Análise de Custos; Auditoria; Controladoria; Contabilidade e Orçamento Público; Planejamento e Contabilidade Tributária; Contabilidade Internacional; Responsabilidade Social; Análise de Projetos e Orçamento Empresarial; Análise das Demonstrações Contábeis; Empreendedorismo; Mercado de Capitais, Finanças Empresariais e Sistemas de Informação Gerencial.	Laboratório Contábil I; Laboratório Contábil II; Atividades Complementares; Informática; Métodos e Técnicas de Pesquisa I; Métodos e Técnicas de Pesquisa II; Trabalho de Conclusão de Curso I; Trabalho de Conclusão de Curso II
O P T A T I V A S	Análise de Viab. Financ. de Investimentos; Economia Brasileira; Educação Ambiental; Educação e Transformação Social; Educação Sociedade e Cidadania; Empreendedorismo; História Contemporânea I; Legislação Previdenciária; Mercado de Capitais; Pensamento Filosófico Brasileiro; Produção de textos; Regionalização do Espaço Mundial; Sociologia	Auditoria e Investigação de Fraudes; Auditoria Operacional e de Gestão; Auditoria Pública; Avaliação Econômica de Empresas; Contabilidade de Custos Hospitalares; Contabilidade de Instituições Financeiras; Contabilidade de Organiz. do Terceiro Setor; Contabilidade Social; Estruturação das Demonstrações Contábeis	

Fonte: Adaptado do PPC (2006).

Quadro 4 - Conteúdos curriculares por núcleo de formação

No PPC da FACIP/UFU as disciplinas da área de custos compõem o eixo denominado Contabilidade para Usuários Internos que compreende a prática de temas relacionados ao processo decisório nas organizações em todas as etapas do processo de gestão – planejamento, execução e controle – incluindo a avaliação de desempenhos. Esse eixo tem por objetivo preparar o contador para que seja capaz de gerar informações racionais que subsidiem o processo de gestão e, conseqüentemente auxilie o alcance do êxito empresarial (PPC, 2006). De forma análoga as disciplinas da área de custos relativas à formação do contador focalizam o planejamento e controle dos fatores de produção para a identificação da rentabilidade dos produtos fabricados ou dos serviços prestados.

Como forma de avaliar o conhecimento relativo aos conteúdos curriculares em qualquer dos núcleos de formação consta no PPC que serão analisadas e, se necessário, propostas alterações metodológicas na apresentação dos conteúdos; nas diretrizes para o processo de avaliação do aprendizado; na organização curricular adotada e na articulação entre meios e fins, necessária à operacionalização do projeto e à consecução dos seus objetivos. Consta no PPC que a avaliação do curso em tela ocorrerá no mínimo a cada dois anos.

Atualmente o curso é avaliado por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Esse formato de avaliação é classificado como avaliação interna, visto que trata de questões relativas ao PPC e à aprendizagem dos alunos. Têm-se, ainda, outros instrumentos de avaliação institucional, como o Exame Nacional de Estudantes (ENADE) e o Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), sobre os quais se discute na sequência.

2.4 Avaliação institucional

Etimologicamente a palavra avaliar é origina-se do latim e provém da composição *a-valere*, que significa ‘dar valor a...’. O conceito do vocábulo avaliação é expresso como sendo a “atribuição de um valor ou qualidade a alguma coisa, ato ou curso de ação” e, por isso implica em “um posicionamento positivo ou negativo em relação ao objeto, ato ou curso de ação avaliado” (LUCKESI; 2000, p. 97).

No âmbito educacional Libâneo (1994, p. 198) define a avaliação como “um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes”. Em um contexto de ensino a avaliação tem o objetivo legítimo, na concepção de Hadji (2001) de contribuir para o êxito do ensino e, por conseguinte, para a construção dos saberes e competências do aluno.

A avaliação possibilita ao avaliador a um diagnóstico, ou seja, uma evidência sobre a situação de alguma coisa e, por isso, é utilizada para verificar até que ponto o processo de ensino e aprendizagem alcança os objetivos propostos, ou seja, por meio do processo de avaliação, determinado plano ou currículo, pode ser avaliado e verificado quais pontos foram ou não atingidos (SCHMITZ, 2008).

Em qualquer momento da educação o processo de avaliação de faz presente, especialmente por meio de avaliações externas. A avaliação externa ou heteroavaliação, realizada pelo governo, objetiva apontar as eficiências e deficiências da IES. Esse formato de avaliação na educação superior tornou-se mais premente, conforme Schmitz (2008) quando começaram a surgir muitas ofertas de cursos superiores e a sociedade precisou assegurar-se de que o Estado estava cumprindo um de seus deveres fundamentais que é garantir educação superior de qualidade à população.

A avaliação institucional externa é extensiva tanto a instituições de ensino superior (IES) públicas quanto às particulares e comunitárias que são avaliadas para garantir um mínimo de qualificação aos alunos que por elas são formados.

Para regulamentar os sistemas de avaliação, tendo como objetivo fiscalizar a qualidade da educação superior o MEC criou o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileira (Paiub). De acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o Paiub foi criado a partir da “Constituição de 1988, que teve sucessivas Medidas Provisórias, passando pela nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e por vários Decretos”.

A proposta de avaliação institucional do SINAES (2004, p. 84) “busca assegurar, entre outras coisas, a integração das dimensões internas e externas, particular e global, somativa e formativa, quantitativa e qualitativa e os diversos objetos e objetivos da avaliação”, que não são objetos desse estudo, visto que se discute tão somente a avaliação externa. Cabe ressaltar que o SINAES tem como objetivo, de acordo com o artigo 1º da Lei nº. 10.861/04, “assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes”.

Dentre os instrumentos de avaliação aplicados pelo MEC, por meio do SINAES, o ENADE configura-se como uma das avaliações externas. Por meio do ENADE, os estudantes de Ciências Contábeis realizam um exame que busca avaliar a competência técnica adquirida no curso. Outra forma de avaliação externa realizada no âmbito profissional é elaborada e aplicada pelo órgão de classe, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio do Exame de Suficiência. Ambas as avaliações buscam assegurar a qualidade da educação e do profissional que se forma na educação superior.

2.5. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)

Segundo o INEP (2012) o ENADE criado em 2004 teve como objetivo acompanhar o processo de aprendizagem e do desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos presentes nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação. Conforme a evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão o exame tenta aproximar a realidade brasileira e mundial possibilitando assim a melhoria da qualidade dos cursos de graduação por parte de professores, técnicos, dirigentes e autoridades educacionais. O ENADE originou-se do Exame Nacional de Cursos – ENC, conhecido como provão. Esse exame era aplicado aos concluintes para avaliar seus conhecimentos e habilidades.

O ENADE foi aplicado pela primeira vez, em 2004, porém dentre os estudantes e os cursos avaliados não constava o curso de graduação em Ciências Contábeis, da mesma forma como ocorreu em 2005. Somente em 2006 o exame foi aplicado às áreas do conhecimento que contemplou curso de Ciências Contábeis (INEP, 2012).

2.4. Exame de Suficiência do CFC

O Exame de Suficiência começou a ser realizado em 2001 e de acordo com o artigo 2º da Resolução do CFC nº. 853/99, o “Exame de Suficiência é a prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de bacharelado em Ciências Contábeis e no Curso de Técnico em Contabilidade”. Devido a ações judiciais o exame foi suspenso a partir de 2004.

A volta do Exame de Suficiência, instituído em definitivo pela Lei 12.249/2010, visa ao atendimento de um nível mínimo de conhecimentos necessários ao bom desempenho das atribuições do Contabilista e traz consigo algumas questões merecedoras de reflexão sobre o papel do professor, das instituições de ensino e dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil.

3 Metodologia da pesquisa

Essa pesquisa tem natureza qualitativa, por estabelecer comparações entre os parâmetros curriculares relativos às disciplinas do núcleo de formação profissional relativas à área de custos do curso de Ciências Contábeis da FACIP/UFU e a avaliação externa do MEC, por meio das provas do ENADE e Exame de Suficiência do CFC e, quantitativa, por utilizar ferramentas estatísticas na análise das matérias constantes nas avaliações do ENADE e Exame de Suficiência do CFC.

Quanto aos objetivos, é um estudo exploratório porque objetiva proporcionar visão geral a respeito da aderência do currículo da IES investigada ao conteúdo dos exames externos e busca ainda aprofundar os conceitos preliminares sobre essa temática, visto a mesma ainda não ter sido objeto de investigação nessa instituição.

A pesquisa verificou se a proposta do conteúdo curricular das disciplinas da área de gestão de custos constantes no PPC do curso de Ciências Contábeis da FACIP/UFU é aderente ao conteúdo exigido nas provas do ENADE, aplicado em 2009, visto que no momento da primeira aplicação do exame em 2006, o curso ainda não era oferecido na IES investigada. O funcionamento do curso de Ciências Contábeis da FACIP/UFU data de 2007. Investigou-se, também, a aderência do conteúdo curricular ao Exame de Suficiência do CFC a partir de 2011, quando sua obrigatoriedade legal foi estabelecida por meio da Lei 12.249/2010.

Em relação aos procedimentos técnicos, foi utilizada pesquisa bibliográfica e documental, visto a necessidade de exame da Resolução CNE/CES 10/2004, o PPC, as provas dos Exames de Suficiência do CFC, bem como do ENADE e as fichas das disciplinas do curso em questão. Para o desenvolvimento do estudo foram analisadas três provas do Exame de Suficiência, 1ª edição de 2011, 2ª edição de 2011 e 1ª edição de 2012, além da prova do ENADE de 2009.

4 Análise e apresentação de resultados

Por meio da análise das ementas das disciplinas de natureza obrigatória e das questões dos exames ENADE e exame de suficiência do CFC identificaram-se os conteúdos curriculares que são ministrados nas disciplinas Contabilidade de Custos, Análise de Custos I, Análise de Custos II e Controladoria que foram exigidos em cada questão dos exames nacionais, conforme discussão a seguir apresentada. No quadro 5 evidenciam-se as ementas das disciplinas assim como os objetivos das mesmas utilizadas para a comparação com aquelas questões exigidas nas avaliações do ENADE e Exame de Suficiência do CFC.

Disciplinas	Ementa	Objetivo
Contabilidade de Custos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução à Contabilidade de Custos 2. Composição dos custos 3. Sistemas de custeamento 4. Limitações da contabilidade de custos para avaliação de estoques 	Capacitar o graduando para: <ul style="list-style-type: none"> . Separar custos de despesas e entender tal objetivo; . Apropriar custos com ênfase em custos industriais; . Ratear custos indiretos; . Apurar e contabilizar custos de acordo com a abordagem do custeio por absorção.
Análise de Custos I	<ol style="list-style-type: none"> 1. Custeio por absorção versus custeio variável 2. Análise da margem de contribuição 3. Análise da relação custo-volume-lucro 4. O uso dos custos na determinação dos preços 5. Centros de lucro e preços de transferência 6. Campo de pesquisa no âmbito de custos para tomada de decisão 	Proporcionar ao graduando conhecimentos sobre a utilização das informações de custos para fins de tomada de decisão no ambiente empresarial.
Análise de Custos II	<ol style="list-style-type: none"> 1. Planejamento e controle 2. Custeio por responsabilidade 3. Custeio padrão 4. Custeio Baseado em Atividades 5. Possibilidades de pesquisas sobre custos para planejamento e controle 	Proporcionar ao graduando conhecimentos sobre a utilização das informações de custos para fins de tomada de decisão no ambiente empresarial.
Controladoria	<ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução 2. Abordagem GECON 3. Teoria das Restrições (TOC) 4. Controladoria e valor da empresa: gestão baseada em valor (VBM) 5. Balanced Scorecard (BSC) 6. Campo de pesquisas em Controladoria 	Apresentar e discutir os mais recentes conceitos e modelos gerenciais desenvolvidos para o apoio ao processo decisório das organizações contemporâneas.

Fonte: As autoras. Adaptado das fichas de disciplinas. PPC (2006).

Quadro 5 – Ementas das disciplinas curriculares da área de custos

4.1 Exame Nacional de Avaliação do Desempenho de Estudantes – edição de 2009

A avaliação do ENADE, aplicada a essa área do conhecimento é composta por 30 questões que abordam o conteúdo específico do curso de Ciências Contábeis. Cabe ressaltar que não foi objeto de análise comparação questões de conhecimento geral, língua portuguesa e matemática que somam 10 totalizando 40 questões.

Dentre todas as questões do exame constatou-se que seis delas referem-se a conteúdos curriculares ministrados descritos nas ementas das disciplinas relativas à área de custos conforme exposto na Figura 1. A maior frequência de aderência é observada na disciplina de Contabilidade de Custos com a ocorrência de 3 questões totalizando 7% do total da avaliação. Análise de Custos I e Análise de Custos II, também tiveram conteúdos avaliados no total de 1 e 2 questões, respectivamente.

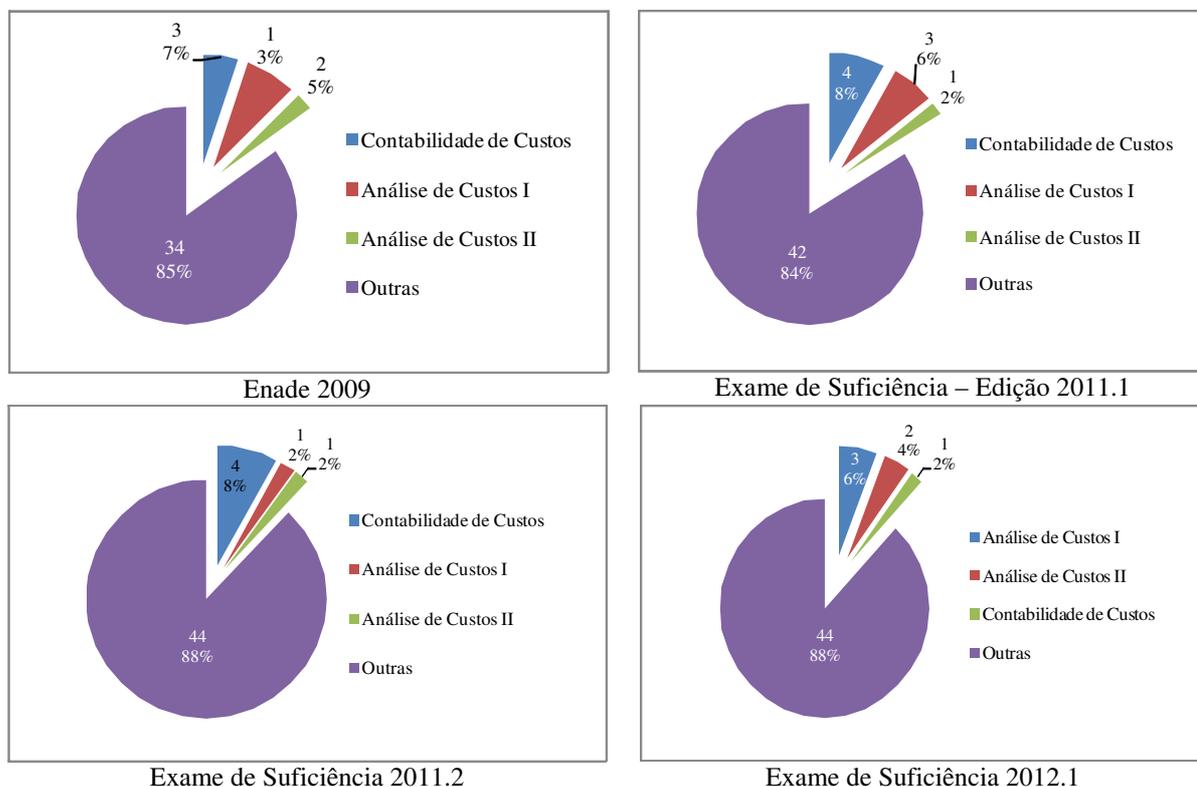


Figura 1 – Frequência absoluta e relativa de ocorrência de questões de custos em exames nacionais

4.2 Exame de Suficiência – 1ª edição de 2011

A análise da versão 2011.1 do exame de suficiência evidencia que dentre as 50 questões constantes da 1ª edição do exame de 2011, os conteúdos curriculares das disciplinas que contemplam conteúdos de custos totalizam 16%. A maior frequência de questões referem-se à Contabilidade de Custos com 4 questões no total de 8%. Foram abordados conteúdos da disciplina Análise de Custos I em 3 questões (6%) e em Análise de Custos II uma única questão evidencia conteúdos da ementa curricular conforme se observa na Figura 1.

Conforme a ementa da FACIP/UFU, os temas abordados na disciplina de Contabilidade de Custos referem-se ao rateio de custos indiretos e sistemas de custeamento. Na disciplina de Análise de Custos I foram: Centros de lucros e preços de transferência; Análise de custos na decisão de preços; Custeio por absorção *versus* custeio variável; Análise da relação custo/volume/lucro; Análise da margem de contribuição; Análise da relação custo/volume/lucro. Na disciplina Análise de Custos II as questões referem ao custeio padrão mediante a análise de variações de custos. Confirma-se a aderência do conteúdo curricular do PPC da IES investigada às questões do Exame de Suficiência de 2011.1.

4.3 Exame de Suficiência – 2ª edição de 2011

Na 2ª edição do Exame de Suficiência de 2011 confirmou-se a abordagem entre as 50 questões apresentadas, de conteúdos curriculares relativos a custos em 6 questões.

Nessa edição do exame constata-se a aderência do conteúdo curricular do PPC da FACIP/UFU em Contabilidade de Custos – 4 questões no total de 8%. Análise de Custos I e Análise de Custos II apresentam apenas 1 questão cada uma. Novamente observa-se conteúdo relativo ao rateio de custos indiretos e a custeio por absorção *versus* custeio variável.

4.4 Exame de Suficiência – 1ª edição de 2012

Verifica-se novamente na figura 1 a aderência do conteúdo curricular constante nas ementas das disciplinas do curso de Ciências Contábeis da FACIP/UFU. Na 1ª edição de 2012, o exame de suficiência abordou 6 questões do conteúdo curricular relativo às disciplinas Contabilidade de Custos, Análise de Custos I e Análise de Custos II.

O conteúdo refere-se à composição de custos, análise da relação custo-volume-lucro, análise das variações de custo (custeio padrão) e sistemas de custeamento.

5 Considerações finais

Nessa pesquisa verificou-se a aderência do currículo do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da FACIP/UFU às exigências da Resolução nº 10/2004 do CNE/CES, por meio da análise e comparação das questões das provas do ENADE e CFC ao conteúdo curricular proposto nas ementas das disciplinas Contabilidade de Custos, Análise de Custos I, Análise de Custos II e Controladoria, todas do Núcleo de Formação Profissional, constantes no PPC da IES investigada.

Confirmou-se que todos os conteúdos abordados nos Exames de Suficiência e ENADE estão contemplados no currículo obrigatório do curso de Ciências Contábeis da FACIP/UFU, com exceção do conteúdo de Controladoria que não foi contemplado em nenhuma questão de todas as avaliações. Em relação aos conteúdos abordados observou-se concentração sobre o assunto método de custeio variável nas questões aplicadas, com ênfase na margem de contribuição e ponto de equilíbrio e de forma geral, à relação custo-volume-lucro. A apuração do resultado do período pelos métodos de custeio por absorção e variável, rateio dos custos indiretos e apuração do custo de produção também constam em todos os exames de suficiência e na avaliação do ENADE. A variação dos custos de produção, na abordagem do custeio padrão além do custeio baseado em atividades são assuntos abordados nos exames nacionais confirmando-se a aderência do conteúdo das ementas das disciplinas analisadas às avaliações nacionais.

Embora a opção, nesse estudo, tenha sido pela análise do conteúdo curricular das disciplinas do núcleo de formação profissional, de natureza obrigatória, verificou-se ainda a inexistência de conteúdos relativos a Contabilidade de Custos Hospitalares, de natureza optativa.

Constatou-se, também, por meio da análise das questões por núcleo de formação que os exames nacionais privilegiam conteúdos curriculares relacionados tanto ao núcleo de formação básica quanto ao núcleo de formação profissional. Atribui-se esse fato à natureza dos conteúdos que atendem à necessidade de verificar a habilidade, a competência e o aprendizado obtido nos vários ramos da contabilidade para a atuação profissional do egresso.

Conclui-se, portanto, que os conteúdos curriculares das ementas das disciplinas cuja temática focalizam custos privilegiam a discussão de temas relacionados ao processo decisório nas organizações em todas as etapas do processo de gestão – planejamento,

execução e controle – visto que dentre os conteúdos pertinentes à formação do contador encontra-se a contabilidade de custos que auxilia no planejamento e controle dos fatores de produção e na identificação da rentabilidade dos produtos fabricados ou serviços prestados uma vez que se confirmou a aderência do PPC aos conceitos exigidos nos exames nacionais.

6 Referências

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945**. Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais. Disponível em <<http://www.soleis.adv.br/cienciaseconomicascontabeisatuariais.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

_____. **Lei nº 1.401, de 31 de julho de 1951**. Inclui, no curso de Ciências Econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de Ciências Contábeis e Atuariais. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2007.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 776, de 3 de dezembro de 1997**. Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0146.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 146, de 3 de abril de 2002**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação de Ciências Contábeis. Brasília. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0146.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 121, de 28 de julho de 2006**. Dispõe sobre o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes. Diário Oficial da União, Brasília, 2 ago. 2006.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em <<http://www.prolei.inep.gov.br>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 3, de 2 de julho de 2007**. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p. 56, 3 jul. 2007.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p. 6, 19 jun. 2007.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. de; DOURADO, L. F. Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil. **Educação & Sociedade**, ano XXII, nº 75, Agosto/2001, pp. 67-83.

CITTADIN, A.; RITTA, C. de O. O desempenho dos estudantes ingressantes e concluintes dos cursos de Ciências Contábeis das universidades de Santa Catarina nas questões pertinentes à Contabilidade de custos na prova Enade 2006. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v.9, p.47-64, n. 25, dez./mar., 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Exame de suficiência**: uma abordagem histórica. Brasília: CFC, 2007. Disponível em:
<<http://www.horus.edu.br/download/exame.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO. **Exame de Suficiência**. Disponível em:
<http://www.crcsp.org.br/portal_novo/exames/exame_suficiencia.htm>. Acesso em: 12 jun. 2012.

CURY, C. R. J. Reforma universitária na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional? **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, jul. 1997, nº 101, p. 3-19.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

FACIP. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis**. Disponível em:
<http://www.facip.ufu.br/sites/facip.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/CC_ProjetoPedagogico.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2012.

FAVARIN, A. M. **Didática aplicada ao Ensino da Contabilidade em nível de 3º grau**. 1994. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuariais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1994.

FÁVERO SOBRINHO, A. Ensino de Contabilidade no Distrito Federal: uma abordagem crítico-reflexiva. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, São Paulo, v. 1, n. 1, 1998, p. 45-60.

HADJI, C. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **ENADE**. Disponível em:
<http://public.inep.gov.br/enade2009/CIENCIAS_CONTABEIS.pdf> Acesso em: 21 jun. 2012.

_____. **Manual do ENADE 2012**. Disponível em:
<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/manuais/manual_enade_2012.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2012.

IUDICIBUS, S. de; MARTINS, E.; FRANCO, H. Currículo Básico do Contador – orientação técnica versus orientação humanística. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 49, p.12-22, abr./jun., 1984.

LEITE, C. E. B. **A evolução das ciências contábeis no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez; 1994.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 10 ed. São Paulo: Cortez; 2000.

MASETTO, M. T. **Competência Pedagógica do Professor Universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SÁ, A. L. de. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SCHMITZ, J. L. **Do currículo aos exames nacionais: uma análise da aderência do currículo do curso de Ciências Contábeis da UFSC às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao ENADE e ao Exame de Suficiência do CFC**. 2008. (291 f.). Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis (SC), 2008.

SINAES. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção a regulamentação**. 2 ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.